PROCESSO № SESSÃO DE

10830.005492/94-73 15 de outubro de 1998

ACÓRDÃO № RECURSO N.º

303-29.017 : 119.505

RECORRENTE

SETCO INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E

EXPORTAÇÃO LTDA

RECORRIDA

DRJ/CAMPINAS/SP

CLASSIFICAÇÃO - CÓDIGO 8702.10.9900 - REDUÇÃO - NC 87-7 - CÓDIGO TAB/SH 8707.10-9900. De conformidade com o Parecer COSIT (DINOM) nº. 279, de 28/04/95 - Proc. 13805-001688/94-30. Os veículos modelo HI-TOPIC AM 715 A SLX, fabricados por Ásia Motors da Coréia do Sul, são classificados como microônibus e possuem capacidade para 15 pessoas (excluído o motorista), portanto 15 (quinze) passageiros, enquadrando-se desta forma na Nota Complementar 87-7, que reduz para 0% (zero por cento) a alíquota do código 87.02-10.99.00.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso voluntário, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 15 de outubro de 1998

HOLANDA COSTA

residente

PROCURADIONA DI

fraculatora de fezenda bioclonei

INÇÃO FERREIRA GOMES

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: GUINES ALVAREZ FERNANDES, ANELISE DAUDT PRIETO, TEREZA CRISTINA GUIMARÃES FERREIRA (Suplente) e ISALBERTO ZAVÃO LIMA. Ausentes os Conselheiros NILTON LUIZ BARTOLI e SÉRGIO SILVEIRA MELO.

RECURSO №

ACÓRDÃO №

: 119.505 : 303-29.017

RECORRENTE

: SETCO INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E

EXPORTAÇÃO LTDA

RECORRIDA

: DRJ/CAMPINAS/SP

RELATOR(A)

: MANOEL D'ASSUNÇÃO FERREIRA GOMES

RELATÓRIO

Vistos e examinados os autos do presente processo, o qual trata do Auto de Infração (fls. 01/04), versando sobre a autuação do ora recorrente ao pagamento do crédito tributário no valor de 133.093,26 Ufir's, referente ao recolhimento do I.P.I vinculado, em face dos seguintes fatos constatados pela autoridade fiscal: a autuada formulou Declarações de Importação (fls. 02/03) para a nacionalização de veículos importados, fabricados na Coréia do Sul, da marca ÁSIA MOTORS, modelo AM 715 A SLX, HI TOPIC, tipo microônibus, classificados no código NBM/SH 8702.10.9900; o Imposto de Importação foi recolhido sem anormalidades, pela alíquota então vigente; entretanto, com relação ao IPI vinculado, o mesmo foi recolhido pela autuada à alíquota 0% (zero por cento) por força da Nota Complementar (N.C) TIPI/SH nº 87-7; entendendo que os veículos submetidos a despacho não preenchem os requisitos do favor previsto na citada N.C 87-7, a Fiscalização exigiu o recolhimento do IPI vinculado pela alíquota normal de 12% (doze por cento); segundo o auditor-fiscal, os veículos não possuíam as características de MICROÔNIBUS constantes da Nota Complementar 87-7, "b", da TAB-SH, uma vez que os mesmos não possuíam capacidade para 15 (quinze) passageiros, mas somente para 14 (catorze) e 01 (um) condutor (motorista).

Em 26/09/94, a autuada requereu e obteve a autorização para o desembaraço da mercadoria mediante o depósito em caução (fls. 302) do crédito devido, nos termos da Portaria 389/76.

Em 19/10/94, a autuada apresentou, tempestivamente sua Impugnação (fls. 310/320), onde alega, em síntese, que:

- 1. na definição do dicionário brasileiro, passageiro, tripulante e pessoa são expressões com o mesmo significado;
- 2. os veículos importados, HI TOPIC, são microônibus pois podem acomodar 15 pessoas;
- texto da posição NBM/SH não distingue pessoas de passageiros, sendo, portanto, defeso ao intérprete distinguir o que a lei não distingue;

4

RECURSO № : 119.505 ACÓRDÃO № : 303-29.017

- um laudo emitido por técnico credenciado pela Receita Federal, apensado a processo idêntico a este (processo nº 10830.003453/94-41), qualificou a HI TOPIC como microônibus, conforme norma ABNT-TB-162-78;
- parecer COSIT (DINOM) nº 1438, de 30/11/93, é impertinente ao caso em estudo, posto que emitido por órgão incompetente para se manifestar sobre tributação, sendo o órgão competente a "Divisão de Tributação";
- a polêmica quanto ao número de passageiros que a HI TOPIC pode transportar está superada pelo fato de sua lotação haver sido ampliada para 16 lugares, com a supressão de descansa-braços no último banco da viatura;
- os veículos teriam sido dotados de espaço para a acomodação da bagagem de todos os passageiros;

Em 16/08/95, foram juntados aos autos do processo, da fls. 324 a fls. 348, os documentos descritos na fls. 323.

Em 18/08/95, o Sr. Delegado da Delegacia de Julgamento em Campinas-SP julgou a ação fiscal procedente, mantendo crédito tributário na íntegra, com a seguinte ementa:

"IPI/VINCULADO

PRINCÍPIO DA INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DAS ISENÇÕES E REDUÇÕES DE TRIBUTOS. TIPI/SH.N.C (87-7)

O beneficio da redução de alíquota de IPI, de 12% para 0% somente favorece os veículos que se enquadram perfeitamente na especificação do benefício.

AÇÃO FISCAL PROCEDENTE."

Fundamenta o Sr. Delgado que:

- 1. a HI TOPIC AM 715 fabricada pela ASIA MOTORS é uma "perua" ou "van" com capacidade para transportar 14 passageiros, além do motorista, e não dispõe de compartimento ou local próprio para bagagem, a menos que seu último banco seja recolhido;
- 2. a mesma é considerada um veículo automóvel de transporte coletivo, na acepção da posição NBM/SH 8702;

RECURSO N° : 119.505 ACÓRDÃO N° : 303-29.017

- 3. como tal seu enquadramento tarifário, vigente à data da importação, é o 8702.10.9900;
- 4. não é classificável como "microônibus" em face das sua específicas características e em face da definição desse tipo de veículos contida na Norma TB-162 da ABNT;
- 5. a pretendida redução de alíquota do IPI não abrange senão os "microônibus", o que não é o caso da HI TOPIC
- ademais, somente os "microônibus" com capacidade de 15 a 20 passageiros seriam favorecidos com essa redução de alíquota, o que também não é o caso em questão;
- 7. finalmente, deve-se considerar o princípio da interpretação restritiva dos beneficios fiscais consagrado no artigo 111 do CTN.

Tempestivamente, a ora recorrente interpôs seu Recurso Voluntário (fls. 365/386), juntando os documentos de fls. 387 a 419, onde alega, em síntese, que:

1. preliminarmente, quando da prolação da decisão ora recorrida, já havia sido editado e publicado o Parecer Cosit (Dinom) nº 279, de 28 de abril de 1995 (fls.), o qual decidiu em única e última instância a questão relativa à classificação e enquadramento fiscal do veículo objeto da autuação, veículo automotor, tipo microônibus, fabricação na Coréia do Sul pela ASIA MOTORS CO., INC., sob a marca ASIA MOTORS, modelo AM 715 A SLX, classificado no Código NBM/SH 8702.10.9900, da seguinte forma peremptória e induvidosa: "veiculo automóvel para transporte de até 15 pessoas (excluído o motorista), com bancos escamotáveis, compartimento para bagagem no teto (externo), motor de ignição por compressão (diesel), modelo HI TOPIC AM 715 A SLX, fabricado por ASIA MOTORS da Coréia do Sul, vulgarmente denominado "microônibus", se classifica a partir de 01/.01/95, no código 8702.10.00 da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, aprovada pelo Decreto nº 1343 de 23/12/94 (DOU de 26/12/94) e no código 9702.10.9900 da TIPI aprovada pelo Decreto no. 97410/88 e da TAB-Portaria MEFP nº 58/95 (vigente até 31/12/94);

RECURSO № : 119.505 ACÓRDÃO № : 303-29.017

2. dessa forma e tendo em vista o efeito vinculante do Parecer emitido pela mais alta esfera do sistema de tributação – Coordenação Geral do Sistema de Tributação – que, no caso, julga por delegação, por intermédio da Divisão de Nomenclaturas, temos que a Decisão recorrida encontra-se eivada de nulidade absoluta, pois fere coisa julgada administrativa e, ao mesmo tempo, pretende ter o condão de nulificar os efeitos jurídicos do instituto da Consulta Fiscal;

- 3. desde o ano de 1995, esse Egrégio Terceiro Conselho de Contribuintes vem analisando e julgando casos envolvendo exatamente o mesmo tema: na Segunda Câmara acórdãos: 302-33.188, 302-33.247, 302-33.273, 302-33.246, 302-33.210; na primeira Câmara acórdãos: 301-27.888, 301-27.889, 301-27.890, 301-28.284, 301-28.283;
- todas as questões ventiladas neste processo, sem exceção de uma só, sejam de fato ou sejam de direito, foram minudentemente já apreciadas e julgadas em última e irrecorida instância;
- 5. no mérito, a r. Decisão recorrida está integralmente desprovida de fundamentos legais, fáticos e técnicos. Já que: em qualquer circunstância que seja, a HI TOPIC sempre foi e continuará sendo um microônibus; e que tal veículo possui 16 lugares e tem capacidade, portanto, para transportar 15 passageiros e mais o motorista, além de suas bagagens, não sendo, portanto o mesmo de que tratava o Parecer 1438/93.

Em 24/04/98, a PFN/ES manifestou-se no sentido de deixar de emitir parecer nos autos em razão do valor da dívida neles apurada (Portaria MF nº 189/97, art. 1°, parágrafo 1°, I), conforme fis. 426.

É o relatório.

RECURSO №

ACÓRDÃO №

: 119.505 : 303-29.017

VOTO

O presente voto trata das divergências em relação ao enquadramento do veículo modelo AM 715 A SLX HI TOPIC, da marca ÁSIA MOTORS, tipo microônibus na descrição contida na Nota Complementar TIPI/SH 87-7, alínea "b", para fins de redução da alíquota do IPI vinculado, de 12% para 0%.

Para fazer jus à alíquota pleiteada, o veículo em questão deveria atender aos seguintes requisitos: tratar-se de um microônibus e ter capacidade para transportar de 15 a 20 passageiros ("passageiro" não se confundindo com "pessoas", ou seja, excluindo-se o motorista.)

Juntamente com o seu Recurso Voluntário, o recorrente anexou cópia do Parecer COSIT/DINOM 279/95 (fls. 389/399) através do qual a Coordenação do Sistema de Tributação descreveu o veículo em questão como tendo capacidade para 15 pessoas, excluído o motorista e como possuindo um compartimento para bagagem no teto (externo). Ainda neste Parecer, após consulta formulada ao Denatran de onde foram obtidos importantes esclarecimentos sobre o assunto, a Cosit chegou à conclusão que de acordo com a legislação vigente, o veículo deve ser enquadrado como microônibus, segundo a avaliação técnica do Parecer da Divisão de Engenharia e Segurança Veicular – DSV do Denatran.

Portanto, não restam dúvidas de que o veículo em questão atende aos requisitos necessários para a concessão da redução pleiteada. Tal tem sido o entendimento desta Câmara, conforme ementas abaixo:

DATA: 24/01/96

ACÓRDÃO: 302-33,235

EMENTA: "CLASSIFICAÇÃO - CÓDIGO 8702.10.9900 - REDUÇÃO - NC 87-7 - CÓDIGO TAB/SH 8707.10-9900. De conformidade com o Parecer COSIT (DINOM) nº 279, de 28/04/95 - Proc. 13805-001688/94-30. Os veículos modelo HI-TOPIC AM 715 A SLX, fabricados por Ásia Motors da Coréia do Sul, são classificados como microônibus e possuem capacidade para 15 pessoas (excluído o motorista), portanto 15 (quinze) passageiros, enquadrando-se desta forma na Nota Complementar 87-7, que reduz para 0% (zero por cento) a alíquota do código 87.02-10.99.00. Recurso Provido."

DATA: 24.01.96

ACÓRDÃO: 302-33,236

EMENTA: "CLASSIFICAÇÃO - CÓDIGO 8702.10.9900 - REDUÇÃO - NC 87-7 - CÓDIGO TAB/SH 8707.10-9900. De conformidade com o Parecer COSIT (DINOM) nº 279, de 28/04/95 - Proc. 13805-001688/94-30. Os veículos modelo HI-TOPIC AM 715 A

RECURSO №

: 119.505

ACÓRDÃO №

: 303-29.017

SLX, fabricados por Ásia Motors da Coréia do Sul, são classificados como microônibus e possuem capacidade para 15 pessoas (excluído o motorista), portanto 15 (quinze) passageiros, enquadrando-se desta forma na Nota Complementar 87-7, que reduz para 0% (zero por cento) a alíquota do código 87.02-10.99.00. Recurso Provido."

Em face do exposto, conheço do recurso por tempestivo, para no mérito, dar-lhe provimento.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 1998

(ANOEL D'ASSUNÇÃO FERREIRA GOMES - Relator